

Ata nº 42/2022

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, às dezenove horas, reuniram-se nesta Casa Legislativa, sob a presidência do vereador Sandro Drum, os vereadores Altenir Rodrigues da Silva, Cleres Maria Cavalheiro Revelante, Gildo de Oliveira Brandão, Jane Elizete Ferreira Martins da Silva, José Sérgio de Carvalho, Orquelita Salgado da Costa e Priscila Tramontini Spacil. Registrou-se a ausência do vereador José Jair Borges. O presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura de um texto bíblico que em pé foi ouvido. O secretário fez então a leitura da Ata nº 41/2022 que foi posta em discussão, votação e aprovada por sete votos. O presidente passou a presidência para a vereadora Orquelita Salgado da Costa. Em seguida a presidente Orquelita solicitou ao secretário que fizesse a leitura do Ofício nº 02/2022 da CRDH/Avesol de denúncia de violação de direitos humanos. Em seguida a presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura do Ofício nº 91/2022 de denúncia e pedido de instauração de comissão processante. O ofício foi posto em discussão, votação e aprovado por sete votos. A presidente solicitou então que fosse realizado um sorteio entre os vereadores para formar a Comissão Processante. Os sorteados foram os vereadores Gildo de Oliveira Brandão, Priscila Tramontini Spacil e Jane Elizete Ferreira Martins da Silva. A presidente solicitou uma pausa na Sessão para que os membros decidissem o Presidente, Relator e Membro. Sendo assim a comissão ficou composta da seguinte forma: Presidente Vereador Gildo, Relator Vereadora Jane e Membro Vereadora Priscila. A vereadora Orquelita devolveu a presidência ao vereador Sandro. O presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura do Projeto de Lei do Executivo nº 2820, de 17 de novembro de 2022 – autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional no valor de R\$ 29.736,16(vinte e nove mil setecentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos) e dá outras providências. O projeto foi posto em discussão, votação e aprovado por sete votos. O presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura do Projeto de Lei do Executivo nº 2821, de 17 de novembro de 2022 – autoriza o Poder Executivo

Municipal a realizar a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e dá outras providências. O projeto foi posto em discussão, votação e aprovado por sete votos. O presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura do Projeto de Lei do Executivo nº 2822, de 17 de novembro de 2022 – autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro à Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Salto do Jacuí – ACIS-JA, e dá outras providências. O projeto foi posto em discussão, votação e aprovado por sete votos. O presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura do Pedido de Providências nº 44/2022 do vereador Altenir Rodrigues da Silva, PROGRESSISTAS, no qual pede que o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Obras providencie o reparo no passeio e acesso em frente ao Cemitério Municipal na Rua Capitão Joanes. O pedido foi posto em discussão, o vereador defendeu seu pedido, que foi posto em votação e aprovado por sete votos. O presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura do Pedido de Providências nº 45/2022 da vereadora Priscila Tramontini Spacil, PROGRESSISTAS, onde pede que o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Obras providencie a poda das árvores na Avenida Maia Filho, principalmente onde sobe para a Travessa Severino Zanatta. O pedido foi posto em discussão, a vereadora defendeu seu pedido, que foi posto em votação e aprovado por sete votos. O presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura do Pedido de Providências nº 46/2022 da vereadora Cleres Maria Cavalheiro Revelante, PT, onde pede que o Poder Executivo Municipal, através da Secretara competente providencie com urgência, e encaminhe a esta Casa, o Projeto de Lei com nome das ruas e número das casas, para a Vila Cruz Alta. O pedido foi posto em discussão, a vereadora defendeu seu pedido, que foi posto em votação e aprovado por sete votos. O presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura do Pedido de Providências nº 47/2022 também da vereadora Cleres, no qual pede que o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Competente providencie a pavimentação e canalização de esgoto no Beco da Travessa Maravilha. Inclusive providencie o nome próprio deste

logradouro. O pedido foi posto em discussão, a vereadora defendeu seu pedido, que foi posto em votação e aprovado por sete votos. O presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura da Indicação nº 52/2022 do vereador Altenir Rodrigues da Silva, PROGRESSISTAS, no qual sugere ao Poder Executivo, que seja deixado reservada pelo menos uma ficha de atendimento médico nos Postos de Saúde do município para os moradores do interior. O vereador defendeu sua indicação. Está baixado nas Comissões: Projeto de Lei do Executivo nº 2816, de 31 de outubro de 2022 – estima a receita e fixa a despesa do Município de Salto do Jacuí para o exercício financeiro de 2023. Estão baixando nas Comissões: Projeto de Lei do Executivo nº 2824, de 24 de novembro de 2022 – altera o caput e o Parágrafo único, do art. 4º, o caput e o § 2º, do art. 26, o art. 30, o caput e os §§ 1º e 2º, do art. 32, o art. 34, e o parágrafo único, do art. 49, e acrescenta os §§ 3º e 4º, no art. 32, todos da Lei Municipal nº 2611, de 11 de dezembro de 2020, e dá outras providências, Projeto de Lei do Executivo nº 2825, de 24 de novembro de 2022 – autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar processo seletivo simplificado e contratar por tempo determinado, por excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal e art. 76 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências, Projeto de Lei do Executivo nº 2826, de 25 de novembro de 2022 – autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional no valor de R\$440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais) e dá outras providências, Projeto de Lei do Executivo nº 2827, de 25 de novembro de 2022 – autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional no valor de R\$ 789.000,00 (setecentos e oitenta e nove mil reais) e dá outras providências e Projeto de Lei do Legislativo nº 14, de 21 de novembro de 2022 – institui a Semana da Consciência Negra no Município de Salto do Jacuí e reconhece 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra. O presidente abriu o espaço para a Tribuna Parlamentar. A vereadora Cleres fez uso da Tribuna para falar sobre os direitos básicos dos servidores contratados do hospital Aderbal Schneider, disse que irá atrás de mais informações em relação ao décimo terceiro

e férias. Falou ainda sobre informações que recebeu do Cacique Abílio sobre a Administração ter dito que havia sido aprovado um Projeto de Lei na Casa onde seria cedido o galpão da Profissão Catador a outra empresa. Cleres destacou que fez uma busca nos Projetos aprovados e que não há cedência deste galpão, pelo menos não consta o nome da Profissão Catador nos Projetos. Deixou também um pedido a Administração à pedido da Comissão Provisória da Associação de Enfrentamento às Doenças Neuromusculares de Salto do Jacuí, que comunique qual a situação do recurso vindo através de emenda parlamentar para a compra de um equipamento para estas famílias. A vereadora finalizou deixando o registro para onde destinou sua Emenda Impositiva, a metade obrigatória para a Saúde será destinada a compra de fraldas para as crianças especiais e a outra metade destinada a compra de cestas básicas na Secretaria de Assistência Social. O Presidente Sandro usou do espaço inicialmente para falar sobre o Projeto do Processo Seletivo que baixou nas Comissões nesta segunda e também sobre o direito de décimo terceiro e férias dos servidores do Hospital. Sandro Fez uma cobrança ao Executivo e ao Secretário de Planejamento sobre os calçamentos das Ruas Rodolfo Becker, 10 de Março e Miguel Pacífico Pereira, disse ainda que tentou entrar em contato com o secretário mas que a telefonista não estava autorizada a lhe passar o número do mesmo. O presidente falou ainda sobre as denúncias contra o vereador Sérgio Carvalho, disse não ter "politicagem" e que foram arquivadas quatro denúncias por não preencherem todos os requisitos necessários previstos em Lei. Motivo este que levou o vereador a apresentar, em seu nome, o pedido de instauração de Comissão Processante para analisar e emitir parecer sobre a conduta do vereador Sérgio que será submetida a votação em Plenário, respeitando todos os ritos e prazos legais. Finalizou falando sobre o cancelamento do Rodeio do CTG Potreiro Grande devido a uma denúncia feita por falta do PPCI (plano de prevenção e proteção de combate a incêndio) que está vencido a dois anos. Deixou sua indignação com o ocorrido e descontentamento com a falta de respeito, segundo ele, que recebeu do Sr. Secretário de Mineração, Indústria, Comércio, Turismo e

Desporto que desligou enquanto falavam ao telefone. Disse ainda que a responsabilidade é totalmente da Administração Municipal. O Rodeio é anual, portanto, caso não tenham uma outra oportunidade, poderá ser realizado apenas no final do ano de 2023. Nada mais havendo a se tratar, às vinte horas e quinze minutos, o presidente encerrou os trabalhos e vai a presente Ata lavrada e assinada por quem de direito: